



ATECEL[®]

CONCURSO PÚBLICO- PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ



06/04/2014

Gestor Público



CONCURSO PÚBLICO- PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ

06 de abril de 2014

Nível Superior

Gestor Público

GABARITO DO CANDIDATO

1.	11.	21.	31.	41.
2.	12.	22.	32.	42.
3.	13.	23.	33.	43.
4.	14.	24.	34.	44.
5.	15.	25.	35.	45.
6.	16.	26.	36.	46.
7.	17.	27.	37.	47.
8.	18.	28.	38.	48.
9.	19.	29.	39.	49.
10.	20.	30.	40.	50.

Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões de 01 a 05.

Brasileiro bonzinho?

Tempos atrás, num programa cômico de televisão, uma jovem americana radicada no Brasil, a cada comentário sobre violência ou malandragem neste país, pronunciava com muita graça: “Brasileiro bonzinho!”. E a gente se divertia. Hoje nos sentiríamos insultados, pois não somos bonzinhos nem sequer civilizados. O crime se tornou banal, a vida vale quase nada. Poucos dos meus conhecidos não foram assaltados ou não conhecem alguém assaltado: ser assaltado é quase natural – não só em bairros ditos perigosos ou nas grandes cidades, mas também no interior se perdeu a velha noção de bucolismo e segurança.

Em São Paulo, só para dar um exemplo, os arrastões são tão comuns que em alguns restaurantes o cliente é recebido por dois ou quatro seguranças fortemente armados, com colete à prova de bala, que o acompanham olhando para os lados – atentos como em séries criminais americanas. Quem, nessas condições, ainda se arrisca a esta coisa tão normal e divertida, comer fora? Pessoas inocentes são chacinadas: vemos protestos, manifestações, choro e imprensa no cemitério, mas nada compensará o desespero das famílias ou pessoas destroçadas, cujo número não para de crescer. Em nossas ruas não se vê um só policial, daqueles que poucos anos atrás andavam em nossas calçadas. A gente até os cumprimentava com certo alívio. Não sei onde foram parar, em que trabalho os colocaram, nem por que desapareceram. Mas sumiram. Morar em casa é considerado loucura, a não ser em alguns condomínios, e mesmo nesses o crime controla o porteiro, entra, rouba, maltrata, mata. Recomenda-se que moremos em edifícios: “mais seguros”, seria a ideia. Mas, mesmo nos edifícios, nem pensar, a não ser com boa portaria, ou será alto risco, diz a própria polícia, aconselhando ainda porteiros preparados e instruídos para proteger dentro do possível nossos lares agora precários.

Somos uma geração assustada, desamparada, confinada, gradeada – parece sonho que há não tanto tempo fosse natural morar em casa, a casa não ter cerca, a meninada brincar na calçada; e não morávamos em ilhas longínquas de continentes remotos, mas aqui mesmo, em bairros de cidades normais. Éramos gente “normal”. Hoje, a população, apavorada, está nas mãos de criminosos, frequentemente impunes. Na desorganização geral, presídios superlotados onde não se criariam porcos também abrigam pessoas inocentes ou que nunca foram julgadas. A impunidade é tema de conversas cotidianas, leis atrasadas ou não cumpridas nos regem, e continua valendo a inacreditável lei de responsabilidade criminal só depois dos 18 anos. Jovens monstros, assassinos frios, sem remorso, drogados ou simplesmente psicopatas saem para matar e depois vão beber no bar, jogar na *lan house*, curtir o *Facebook*, com cara de bons meninos. Num artifício semântico insensato e cruel, se apanhados, não os devemos chamar de assassinos: são infratores, mesmo que tenham violentado, torturado, matado. Não são presos, mas detidos em chamados centros socioeducativos. E assim se quer disfarçar nosso incrível atraso em relação a países civilizados. No Canadá, Holanda e outros, a idade limite é de 12 anos; na Alemanha e outros, 14 anos. No Brasil, consideramos incapazes assassinos de 17 anos, onze meses e 29 dias.

Recentemente, um criminoso de 15 anos confessou tranquilamente ter matado doze pessoas. “Me deu vontade”, explicou, sem problema, e sorria. “Hoje a gente saiu a fim de matar”, comentou outro adolescentzinho, depois de assaltar, violentar e matar um jovem casal junto com outro comparsa. Esses e muitos outros, caso estejam em uma dessas instituições em que se pretende educar e socializar indiscriminadamente psicopatas e infratores eventuais, logo estarão entre nós, continuando a matança. Quem assume a responsabilidade? Ninguém, pois estamos em uma guerra civil que autoridades não conseguem resolver, uma vez que nem a lei ajuda. Estamos indefesos e apavorados, nas mãos do acaso. Até quando?

(Lya Luft, 24 de abril de 2013 – Revista Veja, p. 24.)

01 Após a leitura do texto, é possível afirmar que a autora

- narra várias histórias de violência que aconteceram no Brasil, como forma de denúncia às autoridades.
- narra e descreve vários cenários de crimes cometidos na cidade de São Paulo, para alertar as pessoas que moram em casas.
- denuncia jovens infratores e argumenta que eles devem cumprir pena em centros socioeducativos.
- descreve situações de violência que aconteceram com a autora e com amigos próximos na cidade de São Paulo, para reclamar da falta de policiamento.
- apresenta casos de violência que acontecem diariamente em grandes centros e pequenas cidades no Brasil.

02 Assinale a alternativa em que o trecho NÃO constitui opinião da autora.

- “Pessoas inocentes são chacinadas: vemos protestos, manifestações, choro e imprensa no cemitério, mas nada compensará o desespero das famílias ou pessoas destroçadas, cujo número não para de crescer.” (2º§)
- “Esses e muitos outros, caso estejam em uma dessas instituições em que se pretende educar e socializar indiscriminadamente psicopatas e infratores eventuais, logo estarão entre nós, continuando a matança.” (4º§)
- “Em São Paulo, só para dar um exemplo, os arrastões são tão comuns que em alguns restaurantes o cliente é recebido por dois ou quatro seguranças fortemente armados, com colete à prova de bala, que o acompanham olhando para os lados – atentos como em séries criminais americanas.” (2º§)
- “Jovens monstros, assassinos frios, sem remorso, drogados ou simplesmente psicopatas saem para matar e depois vão beber no bar, jogar na *lan house*, curtir o *Facebook*, com cara de bons meninos.” (3º§)
- “Quem, nessas condições, ainda se arrisca a esta coisa tão normal e divertida, comer fora?” (2º§)

03 A autora do texto utiliza duas vezes a mesma expressão com alternância de pontuação: “Brasileiro bonzinho?”, no título, e “Brasileiro bonzinho!” (1º§). Julgue as assertivas como verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a sequência correta.

- () O título é uma pergunta retórica, cuja resposta não é depreendida ao longo da leitura do texto.
- () No título, há uma ironia por parte da autora ao se reportar à americana radicada no Brasil (1º§), negando o que havia sido dito.
- () A americana não conhecia a realidade atual, do ano de 2013, por isso afirma que os brasileiros são bonzinhos.
- () O título confirma o sentido dado pela autora aos vários tipos de crimes citados ao longo do texto.

A sequência correta é:

- a) F – V – F – V. b) F – F – V – V c) V – V – F – F. d) V – F – F – V. e) V – F – V – F.

04 Avalie como certa (C) ou errada (E), as assertivas sobre o uso dos termos (1) “adolescentzinho”, (2) “comparsa” e (3) “matança”, no parágrafo 4.

- () O termo (1) pode funcionar como adjetivo, qualificando um criminoso de 15 anos, citado no mesmo parágrafo.
- () Os termos (1) e (2) podem ser considerados sinônimos, uma vez que se referem a infratores.
- () O termo (3), por estar antecedido de artigo definido faz referência aos assassinatos cometidos pelo adolescente de 15 anos.
- () O termo (1) funciona como substantivo e foi utilizado pela autora do texto como forma de ironizar.

A sequência correta é:

- a) E – E – E – C. b) E – E – C – C. c) C – C – E – E. d) E – C – E – C. e) C – E – C – E.

05 É possível afirmar que o sentimento da autora do texto se traduz nas palavras

- a) revolta, desespero e denúncia.
- b) desespero, desânimo e comodismo.
- c) denúncia, revolta e alerta.
- d) denúncia, comodismo e indignação.
- e) indignação, revolta e denúncia.

06 Leia os trechos abaixo e assinale o uso da concordância verbal de acordo com a tradição gramatical. (Revista Veja, 08 de maio de 2013, p. 87 a 93)

- (1) “Por algum tempo, o menino fez birra para tomar banho e ir à aula de natação, atividades que realizava com o pai.”
 - (2) “No Brasil, ao contrário do que acontece em países como França e Estados Unidos, familiares de alguém morto por bandidos não têm direito a nenhum benefício exclusivo, embora possam contar com o auxílio previdenciário genérico por morte – no valor de 920 reais, recebidos pelos dependentes dos contribuintes da Previdência Social”.
 - (3) “Graças ao estímulo do governo federal, o número de criminosos que requereram e obtiveram o auxílio-reclusão aumentaram 550% de 2000 a 2012 – uma alta que se deu em ritmo três vezes maior do que o da população carcerária.”
- O(s) uso(s) correto(s) está(ão) apenas em:

- a) 1. b) 1 e 2. c) 3. d) 2 e 3. e) 1 e 3.

07 Assinale a alternativa que apresenta a paráfrase do trecho original abaixo:

“Em São Paulo, só para dar um exemplo, os arrastões são tão comuns que em alguns restaurantes o cliente é recebido por dois ou quatro seguranças fortemente armados, com colete à prova de bala, que o acompanham olhando para os lados – atentos como em séries criminais americanas.”

- a) Como exemplo na cidade de São Paulo, em restaurantes com arrastões, os seguranças com armas, recepcionam os clientes, como se estivessem em séries criminais dos Estados Unidos.
- b) São Paulo é a cidade, onde seguranças armados, como em séries americanas, recebem clientes de restaurantes, em arrastões.
- c) Como exemplo, temos a cidade de São Paulo, onde a violência é tão frequente, que restaurantes contratam seguranças armados para acompanharem os seus clientes.
- d) Na cidade de São Paulo, clientes de alguns restaurantes são recebidos por seguranças armados como forma de proteção a arrastões.
- e) São Paulo, maior cidade do país, tornou-se mais segura quando donos de restaurantes contrataram seguranças armados para recepcionarem os clientes, evitando arastões.

08 Marque a alternativa em que o trecho apresenta o uso da vírgula, seguindo a mesma regra do trecho a seguir:

“(...) uma jovem americana radicada no Brasil, a cada comentário sobre violência ou malandragem neste país, pronunciava com muita graça: ‘Brasileiro bonzinho!’.”

- a) “Esses e muitos outros, caso estejam em uma dessas instituições em que se pretende educar e socializar indiscriminadamente psicopatas e infratores eventuais, logo estarão entre nós, continuando a matança. Quem assume a responsabilidade?”
- b) “Em São Paulo, só para dar um exemplo, os arrastões são tão comuns que em alguns restaurantes o cliente é recebido por dois ou quatro seguranças fortemente armados, com colete à prova de bala, que o acompanham olhando para os lados – atentos como em séries criminais americanas.”
- c) “Ninguém, pois estamos em uma guerra civil que autoridades não conseguem resolver, uma vez que nem a lei ajuda. Estamos indefesos e apavorados, nas mãos do acaso. Até quando?”
- d) “Em nossas ruas não se vê um só policial, daqueles que poucos anos atrás andavam em nossas calçadas.”
- e) “A impunidade é tema de conversas cotidianas, leis atrasadas ou não cumpridas nos regem, e continua valendo a inacreditável lei de responsabilidade criminal só depois dos 18 anos.”

09 Marque a alternativa em que a pontuação, a acentuação e a ortografia estão empregadas corretamente. (trechos retirados de Revista Veja, 8 de maio de 2013, p. 87 a 93, com alterações).

- a) “Em junho do ano passado; o comerciãnte Cid Holanda Campelo de 40 anos trabalhava em seu açouge, em Rio Branco (AC), quando foi abordado por um ladrão armado.”
- b) “Hoje, quase 40000 presos brasileiros podem dormir tranqüilos, em sua sela com a certeza de que sua família está amparada pelo estado.”
- c) “Entre os principais auxílios previdenciários, o chamado ‘bolsa-bandido’ é o segundo que mais cresceu nos ultimos anos; atrás apenas de ajuda para quem sofreu acidente de trabalho.”
- d) “O debate sobre a violência no Brasil, atingiu um grau de insensatês capaz de borrar a distinção, entre criminosos e vitimas.”
- e) “Em catorze estados brasileiros com estatísticas criminais precisas, o número de latrocínios se mantém estável há alguns anos – de 2007 a 2011, eles têm registrado, juntos, cerca de 1000 por ano.”

10 Estructure o texto, cujas partes estão separadas, e marque a alternativa em que a sequência numérica está correta. (Revista Veja, 08 de maio de 2013, p. 93)

- (1) A filha de Marcia, Mariana, de 15 anos, testemunhou o assassinato do padrasto. ‘Ela o via como um pai. Seu luto é exatamente igual ao meu. Hoje, não choro mais de revolta, mas de saudade.’
- (2) A cada data importante – meus 15 anos, o nascimento da minha filha –, eu chorava a falta dele.’
- (3) Aos 11 anos, a terapeuta carioca Marcia Bairos de Medeiros, de 32, perdeu o pai, executivo de multinacional, em um assalto.
- (4) No dia 7 de março, ela reviveu o drama de forma trágica.
- (5) Meus irmãos tinham 7 e 14 anos. Minha mãe, que não trabalhava, vendeu bolsas para nos sustentar. Foi muito duro.
- (6) Seu marido foi baleado na cabeça em um assalto à sua casa, na Zona Sul do Rio.

- a) 3 – 5 – 2 – 4 – 6 – 1.
- b) 4 – 6 – 3 – 5 – 2 – 1.
- c) 5 – 3 – 2 – 4 – 1 – 6.
- d) 6 – 5 – 4 – 1 – 2 – 3.
- e) 1 – 6 – 2 – 4 – 5 – 3.

Legislação

11) Uma associação, para ter legitimidade de impetrar com mandado de segurança coletivo, segundo a Constituição Federal, tem que ser:

- a) Legalmente constituída e em funcionamento a pelo menos 1 ano.
- b) Legalmente constituída e em funcionamento a pelo menos 2 anos.
- c) Legalmente constituída e em funcionamento a pelo menos 3 anos.
- d) Apenas ser legalmente constituída, sem tempo mínimo de funcionamento.
- e) Apenas ter o tempo mínimo de funcionamento de 3 anos.

12) O prazo para impugnar o mandato eletivo ante a justiça eleitoral é de:

- a) 5 dias contados da diplomação.
- b) 10 dias contados da diplomação.
- c) 15 dias contados da diplomação.
- d) 30 dias contados da diplomação.
- e) 40 dias contados da diplomação.

13) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I- O conceito de Pluralismo Político, é a existência de vários partidos políticos no ordenamento jurídico brasileiro.
- II- O Pluralismo Político é terminantemente proibido pela nossa Constituição Federal.
- III- A idéia de existência de vários partidos políticos no ordenamento jurídico brasileiro chama-se de Pluripartidarismo ou Multipartidarismo.

Está(ão) correta(s) apenas

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

14) De acordo com a Constituição Federal do Brasil, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, será concedido ao cidadão:

- a) Habeas Data.
- b) Habeas corpus.
- c) Mandado de injunção.
- d) Mandado de segurança.
- e) Declaração de anistia.

15) Como se sabe, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da própria Carta Magna. Ainda sobre a organização político-administrativa, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I- Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- II- Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- III- A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Está(ão) correta(s) apenas

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

16) Sobre a administração pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.
- b) vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- c) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- d) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários.
- e) a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange fundações.

17) Analise a afirmativa abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se:

- a) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- b) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração
- c) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo
- d) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- e) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

18) De acordo com a Lei 8666/93, o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, é a definição de:

- a) Tarefa.
- b) Serviço.
- c) Orçamento.
- d) Projeto básico.
- e) Projeto executivo.

19) A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, é denominada de:

- a) Concorrência.
- b) Tomada de Preços.
- c) Convite.
- d) Concurso.
- e) Leilão.

20) Nos caso previstos de dispensa de licitação, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I- Há dispensa nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- II- Há dispensa quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- III- Há dispensa quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- IV- Há dispensa nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.

- a) I, II, III e IV estão incorretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa IV está incorreta.
- d) Apenas as afirmativas II e IV estão incorretas.
- e) I, II, III e IV estão corretas.

21 Para fins de habilitação nas licitações, o documento de registro ou inscrição na entidade profissional competente, refere-se a que tipo de documentação exigida pela lei 8666/93?

- a) Habilitação jurídica.
- b) Qualificação técnica.
- c) Qualificação econômico-financeira.
- d) Regularidade Fiscal.
- e) Regularidade Trabalhista.

22 Sobre os contratos administrativos de que tratam a lei 8666/93, analise as afirmativa abaixo e assinale a alternativa correta:

- I- Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito privado, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito público.
- II- Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.
- III- Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

Está(ão) correta(s) apenas

- a) I.
- b) III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I e III.

23 Acerca do prazo de duração dos contratos, conforme previsto no art. 57, da lei 8666/93, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) quando os motivos de alteração do projeto ou especificações, pela Administração, são atuados no respectivo processo, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro.
- b) Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
- c) Só é permitido contrato com prazo de vigência indeterminado, quando este for para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- d) A duração dos contratos relativos aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório, não ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- e) A prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, poderá ser prorrogado por até doze meses.

24 São princípios mencionados no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, EXCETO:

- a) Impessoalidade.
- b) Hierarquia.
- c) Eficiência.
- d) Moralidade.
- e) Publicidade.

25 De acordo com a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal – STF, “A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em qualquer caso, a apreciação judicial”. Analisando o texto supramencionado, podemos dizer que o princípio aplicado ao caso é:

- a) Princípio da legalidade.
- b) Princípio da motivação.
- c) Princípio da autotutela.
- d) Princípio da especialidade.
- e) Princípio da razoabilidade.

Legislação Municipal

26) Responda de forma correta, a forma de provimento prevista na lei complementar nº 24/2013, que não diz respeito ao provimento derivado:

- a) Nomeação.
- b) Readaptação.
- c) Reversão.
- d) Progressão funcional.
- e) Aproveitamento.

27) Analisando as afirmativas abaixo, assinale corretamente a que define o instituto da Remoção.

- a) É a investidura do servidor efetivo em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em perícia realizada pela Junta Médica Oficial do Município.
- b) É o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez quando, pela Junta Médica Oficial do Município, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- c) É a reinvestidura do servidor estabilizado no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens e reconhecimento de todos os direitos inerentes ao cargo.
- d) É o retorno do servidor efetivado ou estabilizado ao cargo anteriormente ocupado.
- e) É o ato pelo qual o servidor passa a ter exercício em outra unidade do mesmo órgão onde seja lotado, no âmbito do mesmo quadro de pessoal.

28) De acordo com o Decreto Municipal nº 930/2011, identificar as características da clientela escolar, atuando na prevenção dos problemas que resultem em baixo rendimento da aprendizagem, é uma atribuição típica de(o):

- a) Planejador educacional.
- b) Supervisor educacional.
- c) Psicólogo educacional.
- d) Assistente social.
- e) Orientador educacional.

29) Assinale corretamente o conceito de categoria funcional, conforme disposto na lei complementar que rege o Estatuto do Servidor Público Municipal de Sumé:

- a) É aquele que se agrupa em classes, com diferentes atribuições, para acesso privativo de seus titulares, até o da mais alta hierarquia profissional.
- b) É a divisão básica de carreira, que agrupa os cargos da mesma denominação, em simbologia ascendente, segundo o nível de conhecimentos, atuação e responsabilidades, constituindo as linhas naturais de desenvolvimento funcional dos servidores que a compõe.
- c) É o conjunto de cargos de mesma natureza de trabalho, dispostos-hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade ou dificuldades das atribuições e níveis de responsabilidades.
- d) É o conjunto de carreiras com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de conhecimento exigido para seu desempenho.
- e) É o somatório e vencimento mais as vantagens de natureza permanente.

30) De acordo com o Estatuto do Servidor Municipal de Sumé, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I – O disposto no estatuto não se aplica as sociedades de economia mistas.
- II – O estatuto disciplina, entre outros, os agentes políticos municipais.
- III – São servidores, para efeito desta lei, apenas aqueles investidos em cargos públicos efetivos.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas II e III.
- e) I, II e III.

Conhecimentos Específicos

31 Julgue as afirmações a seguir e marque a alternativa correta:

- I - Dentre os princípios que regem a administração pública estão: legalidade, moralidade, pessoalidade, publicidade e eficiência.
- II - Diferentemente das empresas públicas, as sociedades de economia mista devem se inscrever obrigatoriamente na modalidade de sociedade anônima (S.A).
- III - A Administração burocrática apresenta foco nos resultados e a administração gerencial apresenta foco nos meios.
- IV - No que tange à organização administrativa, o Estado da Paraíba pertence à administração direta e a sua Secretaria de Educação à administração indireta.
- V - A moralidade é um princípio do administrador público que orienta um comportamento com fins na coletividade em vez do foco em objetivos individuais

- a) I, II, III, IV e V estão incorretas.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa II está correta.
- e) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

32 Julgue as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta:

- I - O processo administrativo é composto pelas funções de planejamento, organização, direção e controle.
- II - Espera-se que a administração não seja capaz de compreender a organização informal.
- III - Uma organização pode ser composta por órgãos de linha e de staff, sendo estes últimos definidos como órgãos de assessoria, com especialistas que prestam serviços de aconselhamento, recomendações e orientação.
- IV - Para um melhor funcionamento, toda organização deve ter divisão de trabalho, tanto no sentido horizontal como vertical. Horizontalmente há a departamentalização. E Verticalmente há a divisão de autoridade em níveis hierárquicos.
- V - Ao executar a função administrativa de direção, um gestor irá realizar atividades de orientação do esforço humano e de monitoramento e de avaliação do desempenho humano, fazendo correções necessárias.

- a) Apenas a afirmativa II está incorreta.
- b) Apenas a afirmativa V está incorreta.
- c) Apenas as afirmativas II e V estão incorretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- e) I, II, III, IV e V estão corretas.

33 Sobre planejamento estratégico, é correto afirmar que:

- a) O planejamento estratégico deve monitorar variáveis do ambiente externo à organização, enquanto a análise das condições internas é objeto do planejamento tático.
- b) A estratégia global deve ser decidida pela administração tática da organização.
- c) Utilizando a ferramenta de análise SWOT, a detecção da presença de servidores desmotivados para o desenvolvimento das atividades se constituiu como um exemplo de ameaça.
- d) O propósito geral do planejamento estratégico é assegurar o desenvolvimento de longo prazo da organização.
- e) A análise da conjuntura socioeconômica e das tendências políticas não integra as ações do planejamento estratégico, pois elas são variáveis incontroláveis, as quais a organização não pode atuar.

34 Em relação à Gestão de Pessoas, julgue as afirmativas a seguir:

- I - O comportamento dos gestores, a forma da estrutura e funcionamento da organização influenciam a motivação do funcionário.
- II - O processo de Gestão de Pessoas como um problema somente do Departamento de Recursos Humanos, que atua como um parceiro estratégico.
- III - Segundo a lei 8.112, são exemplos de formas de provimento de cargo a nomeação, a promoção, o aproveitamento e a reintegração.
- IV - A gestão de pessoas estratégica é uma área funcional responsável exclusivamente por atividades de admissão, demissão e pagamento de pessoal.
- V - Em relação à liderança, o gestor deve ter um estilo de liderança fixo e inalterado para com seus subordinados.

Estão corretas apenas

- a) I e III.
- b) I, II e III.
- c) II, III e V.
- d) I, III e V.
- e) II e IV.

35 Relacione as características listadas a seguir com os tipos de administrações públicas à que se referem, sendo: administração pública patrimonialista (P); administração pública burocrática (B) e administração pública gerencial (G).

- I - Foco no monitoramento e mensuração de resultados.
- II - Nítida confusão entre público e privado
- III - Forte hierarquização e rígido controle de meios
- IV - Parcerias com entidades da sociedade civil
- V - Regulamentos exaustivos e impessoalidade
- VI - A corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de administração

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta

- a) B – B – G – G – B – P.
- b) G – B – G – B – B – P.
- c) G – P – B – G – B – P.
- d) B – P – B – G – G – P.
- e) B - G - P - P - B - G.

36 É sabido que no âmbito da Administração Pública que o seu pilar central é o princípio da legalidade, mas há certa confusão na sua aplicação cotidiana. Destarte, assinale a resposta que se adequa plenamente ao teor da aplicabilidade desse princípio:

- a) A legalidade diz respeito a tudo que não esteja estabelecido em norma na administração pública e que poderá ser realizado pela mesma.
- b) A legalidade é um princípio que precede o da moralidade, não causando nenhuma nulidade se esse segundo princípio for cumprido.
- c) A legalidade, ou princípio da reserva legal, atem-se ao fato do gestor público, e demais membros da administração pública, só poder fazer o que a lei autorizar, divergindo frontalmente do princípio da autonomia da vontade previsto para o direito privado.
- d) A discricionariedade na administração pública significa que o gestor terá certa liberdade para fazer escolhas, em alguns casos contrariando o princípio da legalidade, desde que esteja de acordo com o interesse público.
- e) o princípio da legalidade é aplicado da mesma forma para o gestor público como para o cidadão comum.

37 A “vontade” da administração pública deverá está de acordo com a supremacia do interesse público, essa indisponível. Ocorre que a expressão dessa “vontade” se concretiza por meio do ato administrativo. Sobre os atos administrativos é possível afirmar:

- a) Ele se restringe aqueles originados dos mandatários de cargos eletivos ocupantes do Poder Executivo.
- b) Não existe uma forma específica para o ato administrativo, sendo adotado nessa seara o princípio da informalidade.
- c) Todo ato administrativo deverá ser discricionário, sendo dispensável sua vinculação.
- d) Atos administrativos são manifestações ou declarações da administração pública, agindo nesta qualidade, ou de particulares que estejam exercendo prerrogativas públicas, por terem sido investidos em funções públicas.
- e) Diante da sua informalidade não expressa relevância para a Administração Pública.

38 A licitação visa cumprir, principalmente, os princípios da legalidade, da impessoalidade e da igualdade na administração pública. Sendo assim é correto afirmar sobre esse importante conjunto de atos da administração pública:

- a) As Micro e Pequenas Empresas, segundo a Lei Complementar 123, não terão nenhum tipo de benefício, ou vantagem, no processo licitatório.
- b) Visa permitir à Administração a escolha da melhor proposta; isonomia de direitos a todos que pretendem estabelecer o contrato com a Administração Pública; assegurar a competição.
- c) A Lei nº 8.666/93 não prevê em seu texto nenhuma forma de exceção ao princípio da igualdade na licitação.
- d) Nas concorrências de âmbito internacional, o edital não precisa ajustar-se, necessariamente, às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.
- e) O princípio da igualdade não será aplicado em sua integralidade nas licitações internacionais.

39 Sobre licitação é possível afirmar que:

- a) Não se trata de um Processo Administrativo, mas de mero procedimento de compras públicas.
- b) Não comporta a modalidade eletrônica, visto que todos os tipos devem ser presenciais, em nome do princípio da publicidade da transparência.
- c) O Edital é o instrumento convocatório não sendo possível seu questionamento no judiciário.
- d) A licitação não tem como finalidade a preservação da concorrência.
- e) A Adjudicação vincula o gestor público ao resultado do certame.

40) Sobre os princípios aplicáveis aos contratos firmados entre a iniciativa privada e a gestão pública, podemos afirmar que:

- a) O princípio da supremacia do interesse público deve ser o norteador sempre quando da assinatura de contratos com a gestão pública.
- b) O princípio da igualdade faz parte do procedimento licitatório, devendo o gestor público promover parte da sua aplicação.
- c) A publicidade não se aplica a alguns contratos na gestão pública.
- d) Não relação alguma entre o princípio da eficiência e a licitação pública.
- e) O Poder Judiciário não poderá interferir no mérito administrativo, portanto, isso significa que não haverá possibilidade de revisar o processo licitatório.

41) Podemos afirmar que o regime contábil de escrituração na administração pública é considerado:

- a) Regime de caixa.
- b) Regime de competência.
- c) Regime de custos.
- d) Misto: regime de caixa para a arrecadação das receitas e o regime de competência para a realização das despesas.
- e) Misto: regime de caixa para a realização das despesas e o regime de competência para a arrecadação das receitas.

42) São estágios da receita pública:

- I – Previsão.
- II – Lançamento.
- III – Arrecadação.
- IV – Recolhimento.
- V – Liquidação.

Estão corretas

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas I, II, III e IV.
- c) Apenas II, III, IV e V.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) I, II, III, IV e V.

43) O sistema de planejamento integrado, no Brasil também denominado de Processo de Planejamento-Orçamento, atendendo ao artigo 165 da Constituição Federal de 1988, possui os seguintes instrumentos: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Sendo assim, indique a única afirmativa correta a respeito destes instrumentos:

- a) O Plano Plurianual é um plano de médio prazo, onde se ordena as ações do governo para o atingimento dos objetivos e metas fixados para um período de cinco anos.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias objetiva nortear a elaboração dos orçamentos anuais, compostos pelo orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento de seguridade social.
- c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias não dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- d) A Lei Orçamentária Anual compreende o orçamento de investimentos das empresas em que o Estado, apenas de forma direta, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- e) É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade precisa ou com dotação limitada.

44) Sobre o controle interno é correto afirmar que:

- a) Em 1958, o Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA) subdividiu o controle interno em controles administrativos e controles contábeis.
- b) O controle contábil compreende o plano de organização e todos os procedimentos diretamente relacionados com a eficiência operacional.
- c) O controle interno não serve como instrumento auxiliar do dirigente, para a tomada de decisão.
- d) O rodízio de pessoal é a principal finalidade do controle interno.
- e) Os controles internos atuam em tempos e formas diferentes, mas voltados para resultados comuns, visando garantir a conformidade da atividade a determinadas regras ou normas. Sendo assim, os controles internos foram divididos no tempo em dois tipos: controle prévio e controle concomitante.

45] A receita orçamentária é classificada em categorias econômicas, ou seja, receitas correntes e de capital. Assim, são exemplos de receitas correntes:

- a) Receitas tributárias e receitas de contribuições.
- b) Receitas patrimoniais e operações de créditos.
- c) Receitas agropecuárias e transferências de capital.
- d) Receitas industriais e amortização de empréstimos.
- e) Receitas de serviços e outras receitas de capital.

46] Em relação ao processo tomada de decisão para encaminhamento de políticas públicas, podemos afirmar que:

- I- Os governos são autosuficientes para realizar ações de grande impacto na sociedade;
- II- Os governos realizam ações de grande impacto quando entram em consonância com os interesses de setores organizados da sociedade.
- III- Os governos tomam decisões articulando interesses entre poderes Executivo e Legislativo.
- IV- Os governos só tomam decisões quando há conflito entre os poderes Executivo e Legislativo.

Estão corretas apenas

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I e IV.

47] Os processos de avaliação de Políticas Públicas ganharam centralidade quando se discute a capacidade fiscal dos Estados. É correto afirmar:

- a) Mesmo em crise fiscal, os governos não têm se preocupado em fazer avaliação de suas políticas públicas.
- b) Não há preocupação em reduzir gastos porque as necessidades das sociedades não foram reduzidas.
- c) O novo momento econômico e político que o mundo vive dificulta a racionalização nas ações do Estado. Assim, torna-se impossível uma gestão gerencial que exige eficiência, eficácia e efetividade nas Políticas Públicas.
- d) Eficiência, Eficácia e efetividade são importantes, mas não traduzem desempenho dos governos;
- e) A avaliação de Políticas Públicas deve ser entendida principalmente pela capacidade dos governos de prestarem contas aos eleitores, sendo mecanismo importante de controle democrático.

48] Qual das assertivas abaixo corresponde ao conceito de Políticas Públicas:

- a) São atividades exercidas exclusivamente por empresas privadas que tem o intuito de servir à população.
- b) É a ação do governo brasileiro buscando alcançar maioria nas cadeiras do Parlamento nos debates dentro do Poder Legislativo.
- c) É um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.
- d) É um conjunto de instituições políticas que visa elaborar serviços públicos.
- e) É uma área específica dos estudos de política que analisa exclusivamente a ação das burocracias.

49] A análise neo-institucionalista é um instrumento teórico-metodológico fundamental para as análises de Políticas Públicas (*Policy Analysis*). Em grande medida, o neo-institucionalismo surgiu como um movimento de dupla rejeição: 1º. À ausência de cientificidade do antigo institucionalismo e 2º. À ausência do contexto institucional nas abordagens comportamentalistas. Qual das assertivas abaixo corresponde ao conceito de Neo-institucionalismo?

- a) É uma corrente teórica que busca analisar unicamente o comportamento político dos tomadores de decisão de dentro das instituições políticas.
- b) Trata-se de corrente teórico-metodológica de análise da Ciência Política contemporânea que aglutina três escolas de pensamento: o institucionalismo Histórico, o institucionalismo da Escolha Racional e o institucionalismo Sociológico. Esta corrente busca analisar as estruturas institucionais e o comportamento de seus atores políticos.
- c) É uma variante da corrente neomarxista que busca analisar a superestrutura estatal, sempre no intuito de chamar a atenção para o caráter exploratório das estruturas institucionais em relação aos menos favorecidos socialmente e como essas estruturas servem para a manutenção de determinado *status quo* social e econômico.
- d) Trata-se de corrente epistemológica das Políticas Públicas que focam exclusivamente nas regras formais das instituições políticas e como essas instituições moldam as ações dos tomadores de decisão.
- e) É uma corrente teórica que visa estudar as instituições políticas nas suas relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, bem como nas arenas de decisão político-administrativas.

50 Ao observar os diversos tipos de arenas decisórias pode-se falar em políticas públicas:

- a) ampla e restrita.
- b) nacional e local.
- c) nacional, estadual e municipal.
- d) distributiva, redistributiva, regulatória e constitutiva.
- e) focalizada e universal.

RASCUNHO

RASCUNHO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome: _____ Carteira nº _____